

CURRÍCULO, ENFOQUE E OBJETIVOS DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: singularidades da EJA no campo

Sebastiana Nascimento da Silva Primo¹

Resumo

A presente pesquisa aborda, de forma contemporânea, a concepção de Educação de Jovens e Adultos no Brasil segundo os aspectos curriculares e diretrizes expressas nos documentos normativos e orientadores nacionais, em especial, no que se refere a esta modalidade de ensino na zona rural. Para isso, alguns autores como Freire (1979; 1991; 1998), Zitkoski (2003), Adorno (2003), Marx (1987), Silveira (2007), Garcia (2008), Libâneo (2012) formam o marco teórico deste trabalho. Do ponto de vista epistemológico, esta pesquisa bibliográfica investiga a realização de uma educação que alavanque a justiça educacional e social no campo. Esta perspectiva educativa tem fundamentos históricos, entre outros aspectos culturais, nas lutas pela reforma agrária, sendo baseada em uma perspectiva político pedagógica de igual preceito, tendo em vista um modelo de desenvolvimento sustentável para o campo. O objetivo deste trabalho é refletir a respeito da educação de jovens e adultos (EJA) e a educação do campo, como âmbitos do conhecimento que mantêm diálogo e estão em construção, através da busca pela escolarização, que fortalece a luta dos moradores e trabalhadores do campo por maiores direitos, acessos, dignidade e cidadania.

Palavras Chaves: Educação do Campo. Educação de Jovens e Adultos. Cidadania.

Abstract

This research discusses, in a contemporary way, the conception of Youth and Adult Education in Brazil according to the curricular aspects and guidelines expressed in national normative and guiding documents, especially with regard to this modality of teaching in the rural area. For this, some authors such as Freire (1979; 1991; 1998), Zitkoski (2003), Adorno (2003), Marx (1987), Silveira (2007), Garcia (2008), Libâneo (2012) form the theoretical framework of this work. From an epistemological point of view, this bibliographic research investigates the realization of an education that wards educational and social justice in the field. This educational perspective has historical foundations, among other cultural aspects, in the struggles for agrarian reform, being based on a pedagogical political perspective of equal

¹ Graduação em Pedagogia – UNEMAT/2009; Graduação em Letras, FIC/2013; Especialização em Psicopedagogia Educacional, FAPAF/2011; Especialização em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar, FAPAF/2011; Especialização Integrada à Educação de Jovens e Adultos, IFMT/2012; Mestrando em Educação, UNESA/2016; Doutorado em Educação (UDS, 2020).

precept, in view of a model of sustainable development for the field. The objective of this work is to reflect on the education of young people and adults (EJA) and the education of the field, as areas of knowledge that maintain dialogue and are under construction, through the search for schooling, which strengthens the struggle of residents and workers in the field for greater rights, accesses, dignity and citizenship.

Key Words: Field Education. Youth and Adult Education. Citizenship, citizenship.

Introdução

As políticas educacionais brasileiras, em especial, aquelas que referem a Educação de Jovens e Adultos (EJA), vislumbram, quase na sua universalidade, a autonomia dos indivíduos. Entretanto de forma efetiva, tem-se visto apenas ações voltadas para a inclusão social, muitas vezes mínimas e fragmentadas.

Nesse contexto, é necessário retornar à essência da emancipação humana, a fim de compreender quais os verdadeiros objetivos dessas medidas do governo que garantem emancipar, que incluem os indivíduos em uma comunidade desigual. Os obstáculos e dificuldades vividas pelos moradores do campo evidenciam essa distinção entre o ato de dar autonomia (emancipar) e apenas incluí-los em programas governamentais de bolsas e/ou auxílios às famílias carentes. (PAIVA,1987)

Para auxiliar essa pesquisa apresentaremos um breve histórico sobre a educação de Jovens e Adultos no Brasil, a começarmos pelo período colonial, perpassando as diversas transformações políticas e sociais até os dias atuais. Não deixando de focar, cada fase começando pelas políticas públicas que cada governante e gestão procurou priorizar para processo de ensino e aprendizagem e formação dos Jovens e Adultos.

Nesse sentido, a finalidade deste trabalho é refletir a respeito da educação de jovens e adultos (EJA) e a educação de campo, como âmbitos do conhecimento que mantêm o diálogo e estão em construção, através da busca pela escolarização, que fortalece o esforço dos moradores e trabalhadores do campo pelos seus direitos, acessos, dignidade e cidadania.

1. Ideais de uma educação emancipadora

Com o Iluminismo e as primeiras aspirações filosóficas do alemão Immanuel Kant, pensava-se em um modelo de emancipação social que fosse além da religião e da ignorância. Com o início da Revolução Francesa (1789) a então sociedade moderna entende que a

emancipação do indivíduo como aquela que a pessoa utiliza da racionalidade. Desta forma, ir além do senso comum, de aceitação, conformidade, ignorância e preconceitos, para a produção de saberes científicos, com a finalidade de comandar e quantificar a realidade.

Esse modelo de sociedade, que se fundamenta no indivíduo independente e autônomo do Estado, com o contrato social, não conseguiu êxito em sua plenitude, constituiu, no máximo, uma emancipação ao nível político. Para Marx (1987) a sociedade burguesa estava emancipada do estado politicamente, mas o indivíduo sozinho necessitava do respeito aos seus direitos e garantias fundamentais relacionados à independência, igualdade e harmonia, constituindo reservas para o egocentrismo e não para a emancipação humana. Segundo o mesmo supracitado a liberdade e emancipação do ser humano, só é completa quando o indivíduo organiza as suas próprias forças como esforços sociais, deixando de separar de si a força social de maneira política.

Segundo a vertente de outra teoria crítica, Theodor Adorno (2003) retoma essa discussão acerca da liberdade e emancipação e relaciona-a ao ambiente escolar. Conforme este autor, a proposta de Kant acerca o esclarecimento permanece, afinal, a criação de um indivíduo livre e autônomo, racionalmente, deve ser fruto de uma sociedade democrática. Neste sentido, a proposta de Adorno é a superação de uma visão idealista e individualizadora da emancipação (que visa a autonomia apenas de um indivíduo) para que toda a sociedade construa coletivamente esse conhecimento, que superará a instrumentalidade e a fragmentação científica fragmentação científica, ultrapassando, assim, os limites dos meios de dominação que alienam a sociedade. A concepção de liberdade já existia no mundo grego como resultado de uma reflexão racional, cujo o fim representa a atividade das virtudes ou na aquisição da excelência moral. (ARISTÓTELES, 1992, *apud* SILVEIRA, 2007)

No momento, em que pensamos em uma filosofia, que mostra a precisão de tornar as pessoas mais esclarecidas para obter uma sociedade emancipada, deve-se mencionar, então, Paulo Freire (1991) que se envolvendo com uma educação latino-americana, estabelece sua teoria pedagógica em valores humanistas, sobre uma perspectiva de transformação da sociedade. Como o indivíduo é o responsável pela produção de sua própria vida e história. O mesmo autor ainda aponta que aqueles com menores condições e oprimidos, na coletividade caso organizem, podem, através do desvelamento crítico de suas realidades, tornar suas existências efetivas ao libertarem-se da repressão. “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores” (FREIRE, 1991, p.30).

Assim, a liberdade ou emancipação humana parece estar envolvida em toda história filosófica, dessa maneira, visando delimitar os debates nessa pesquisa, foram elencados

pensamentos filosóficos de apenas alguns pensadores, já apresentados acima.

Entende-se, que tais pesquisadores e estudiosos não englobam a mesma concepção teórica, contudo, vislumbra-se a oportunidade de integração de tais teorias com a finalidade de estabelecer um caminho para a produção de um apoio razoável para a educação emancipatória.

Voltando para o contexto brasileiro, observa-se uma realidade na qual o acesso à educação está ligado a outros direitos sociais, uma vez que, em uma sociedade em constante globalização e que apresenta avanços significativos na ciência e tecnologia demonstra contradições no que se refere ao fato de a maioria da população viver submetida a processos de exclusão e violência. Isso ocorre, tendo em vista que a ética existente vislumbra muito mais os interesses do mercado que as aspirações das pessoas em si mesmas.

A crítica apresentada por Freire (1998) aponta para o processo de globalização e às políticas neoliberais que excluem camadas da população com fulcro ao atendimento dos ideais do capitalismo. Dessa maneira, ao pensar em uma educação que se volte a liberdade humana, é necessário refletir em um processo de globalização em que se torne possível um programa de sociedade que atenda e respeita a dignidade humana, as culturas locais e o multiculturalismo.

A EJA na era da tecnologia e comunicação

Perante a era do conhecimento e da informação, não podemos conceber a educação desvinculada da existência dos indivíduos, enquanto seres sociais. Vivemos num período, em que a educação está passando por grandes mudanças, o que está alterando aquilo que sempre foi visto como sua principal finalidade, o de elaborar e criar os conhecimentos fundamentais aos indivíduos, enquanto seres racionais, aptos a produzir conhecimento e sua finalidade formativa.

Para Freire (1979), através do seu acesso ao ensino, compreende a necessidade da continuidade de seu aperfeiçoamento formativo, ele não mais deixará de se especializar (estudar), e é sob este amparo que compreende estar a base da educação.

A educação de jovens e adultos, portanto, em um contexto de mobilização social, apresenta-se como resistência ao modelo formal de ensino, entendido por Freire (1991) como opressor. Assim sendo, a EJA contribuirá para a emancipação humana a medida que novas possibilidades de socialização do conhecimento forem buscadas. Dessa forma, a educação

deve ser entendida como a ação dos próprios indivíduos e não como objetos dela (FREIRE, 1991).

A educação às vezes é vista como algo estático e homogêneo, entretanto, todas as pessoas estão em constante aprendizagem, o que varia é o grau de educação que cada um possui. Assim, os alunos da EJA, que em sua maioria são privados da educação e outros bens sociais, precisam ser entendidos indivíduos que estão no mundo promovendo e recebendo mudanças, o que mostra suas capacidades de se relacionarem, superarem seus limites e se projetarem para o futuro. A educação, enquanto, processo de mudança precisa viabilizar aos sujeitos da EJA a compreensão de uma realidade, fazendo-a objeto de sua própria mudança, assumindo a postura de quem a entende e busca a mudança por si mesmo.

Levando em consideração, o aspecto da alfabetização realizada pela EJA, a concepção de um ensino que vá além da apreensão e aperfeiçoamento da técnica de leitura e escrita. É importante, a medida que buscar incentivar o próprio sujeito a se ver como capaz de interagir o estudado com sua vida cotidiana. Por este caminho, a alfabetização precisa ser percebida como algo compartilhado e humano, e não meramente metodológico e impositivo. Assim, a EJA pode fomentar um processo de emancipação humana, sob a orientação e responsabilidade do processo educativo, tendo em vista a complexidade que se dá a organização dos sujeitos moradores da zona rural.

Para Piaget (1998, p. 33), “A educação é, por conseguinte, não apenas uma formação, mas uma condição formadora necessária ao próprio desenvolvimento natural”. Nesse sentido, compreende-se que o ser humano para se desenvolver necessita ser colocado em um espaço que favoreça o seu processo educativo. Para Freire (2009) a educação tem como objetivo a libertação, a mudança radical da realidade, para permitir que homens e mulheres sejam reconhecidos como sujeitos da sua própria história e não como objetos.

Buscar uma reflexão sobre a sociedade emancipada, que garanta uma educação de base, especialmente na EJA, é considerar a diversidade cultural, compreendendo as possibilidades e limites de atitudes emancipatórias que tornam a educação algo popular, imerso nos movimentos sociais.

Seguindo as convicções teóricas de Adorno (2003), é necessário refletir e pensar em uma educação público-estatal, isto é, que seja acessível às camadas populares, voltada para a socialização do saber e a formação integral do homem, pautada pelos princípios democráticos, desde sua concepção à sua gestão, e que promova a soberania popular.

Portanto, uma educação popular, voltada para o diálogo, encaminha-se para a superação das maneiras existentes de repressão, uma pedagogia libertadora, orientada pela

interpretação do mundo, levando em conta que todos se educam pela conversa, teoricamente. (MELO NETO, 2004)

A emancipação não pode acontecer de forma fragmentada, caso sua finalidade seja a libertação integral dos problemas que atingem as classes envoltas pelo sistema capitalista. Mais uma vez precisa-se entender, por uma série de valores, que é essencial a compreensão do lugar em que o sujeito se encontra, em que classe está, para, assim, definir que razões determinam sua posição atual, o que não se refere apenas à falta de qualidade ou a ausência da educação, mas está ligada a uma série de fatores inerentes às questões econômica, política e social. Contudo, para o oprimido por este sistema, que em algum momento terá que lutar contra os mecanismos que o diminuíram, perceberá que é preciso resgatar, antes de qualquer coisa, sua humanidade, compreendendo que apenas os oprimidos possuem forças para libertarem-se (FREIRE, 1991).

[...]o processo de aprendizagem deve desenvolver e fortalecer a autonomia de cada aluno para recriar o que foi aprendido, capacitando-se no campo das relações humanas, sociais, políticas, econômicas, culturais, no direito ao trabalho, à terra, à educação, etc[...] (BRASIL,2002, p. 203)

Por este viés, para debater sobre a EJA, mais especificamente a do campo, precisa-se considerar sua dinamicidade, que remete à reflexão acerca das condições precárias da educação, que produzem não apenas um ensino de qualidade precária, mas também e concomitantemente exclui o trabalhador da escola em sua época “normal”, gerando, desta forma, um número expressivo de jovens e adultos que não tiveram acesso mínimo à escola para concluir seus estudos em sua infância e adolescência. Realizando uma revisão histórica e comparativa da educação entre os jovens e adultos do campo e da cidade, há um quadro expressivo de exclusão e marginalização, confirmando uma realidade marginalizada e desfavorecida à população camponesa.

3. Um breve histórico da educação no campo no Brasil

Historicamente, a educação rural no Brasil se faz importante, de maneira direta ou indiretamente, sobre as orientações dos âmbitos econômicos, políticos, sociais e culturais que encaminharam se organizando na construção histórica do Brasil, sempre a partir das ambições do capital, que sempre influenciavam nas políticas educacionais.

Ao pesquisar sobre a educação do campo, não há como deixar de analisar a temática “Educação do Campo” que demonstra o descaso e maneira com que os governantes- elite brasileira- historicamente tratavam a educação direcionada ao campo. Chamada de Educação Rural” (PEREIRA E BRANDÃO 2011)

Portanto, percebemos que a história da educação do Campo representa perspectivas culturais, sociais e políticas e não tem como falar sem se deparar com as questões que envolvem as lutas sociais.

De acordo com Arroyo:

[...]o movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, a saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizaram, os riscos que assumem, mostra quanto reconhecem sujeitos de direitos[...] (ARROYO, 2004, p. 73)

Assim, a educação do campo é uma dívida histórica com a população camponesa. Dessa maneira, as lutas sociais são movimentos encontrados pelos camponeses como forma de protestar o descaso, que dura há décadas no que se refere as políticas públicas para o campo.

Para Fernandes:

[...]o período datado de 1930 a 1936 ficou caracterizado pela transição de uma sociedade oligárquica para urbana industrial. Essa mudança refletiu profundamente no sistema educacional do país que voltava todos os esforços para acompanhar o momento, inclusive o campo, que também entrava na lógica da modernização e implantava os novos conhecimentos por meio das Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural. As primeiras noções para uma política educacional no país surgem a partir da Constituição de 1934, que estabelecia a necessidade de criação de um Plano Nacional de Educação que fiscalizasse as atividades de ensino em todo o Brasil[...] (FERNANDES, 2012, p. 62).

De acordo com o mesmo supracitado, foi nesse período que se inseriu a gratuidade no ensino, sendo que a educação primária passa a ser obrigatória e o ensino religioso, que antigamente era obrigatório na grade curricular passou a ser facultativo. De acordo com Marinho (2008) com todas essas decisões o governo passa a reconhecer o direito de todos a educação.

Entretanto, na década de 1930, a educação básica de adultos, estabeleceu seu lugar de fato no Brasil. Foi nesse período que a sociedade brasileira passava por grandes mudanças associadas ao processo de industrialização e a concentração da população rural nos centros urbanos. Nesse período, a oferta do ensino básico gratuito crescia consideravelmente, atendendo setores sociais cada vez mais diversificados (RIBEIRO 2001)

Em 1937, foi concebida a Sociedade Brasileira de Educação Rural com a finalidade de expansão do ensino e a preservação da arte e do folclore rural. Já na década de 1940, criada a Comissão Brasileira-Americana de Educação das populações rurais, cujo o propósito era a implantação de programas educacionais e o desenvolvimento das comunidades rurais. (SOUZA, 2006)

E nesse contexto que as discussões sobre as particularidades da escola na zona rural, aconteciam, portanto, algumas correntes de reflexões e pensamentos em defesa de uma educação com particularidades que proporcionasse subsídios para segurar o homem no campo. (SÁ e SILVA 2013)

Segundo Fernandes (2012, p. 62):

[...]na década de 50, outras ações foram criadas para a preparação de técnicos destinados à educação de base rural e programas de melhoria de vida dos agricultores como a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Rural. Na década de 60, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61, ficou comprovada a marginalidade da Educação do Campo, uma vez que foi delegada aos municípios a estruturação da escola fundamental rural. Foram organizados os Centros Populares de Cultura e o Movimento Educacional de Base, ligados a partidos de esquerda e com sustentação ideológica no trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos e ação pastoral de bispos da Igreja Católica. Assim foram desenvolvidos grupos de Alfabetização de Adultos e Educação Popular[...]

Para Santos et al. (2013) foi na década de 1960, que aconteceu diversas transformações e mudanças na maneira de organizar os movimentos sociais. Tais reformas traziam consigo além da formação do homem que morava no meio rural, para participação social pelo trabalho e almejava pelos processos educativos, que seria a preparação técnica para a produção agrícola moderna. Esses cursos técnicos se intensificarão nos anos 60 e 70, momento em que aconteceu muitos movimentos que tinham como interesse manter o homem no campo, estimulando suas vocações profissionais.

[...]o mesmo enfoque instrumentalista e de ordenamento social veio a caracterizar a formação de técnicos para as atividades agropecuárias. Em meados da década de 1960, por ocasião da implantação do modelo Escola-Fazenda no ensino técnico agropecuário, os currículos oficiais foram elaborados com enfoque tecnicista para atender ao processo de industrialização em curso[...] (BRASIL, 2007, p.11).

No ano de 1980, os movimentos sociais em favor da educação popular, incluiu a educação do campo na relação dos fatores estratégicos para a redemocratização do país. Essa promessa foi reforçada na Constituição brasileira de 1988, de promoção da educação multicultural respeitando as diversidades regionais.

Em 1998, foi concebida a articulação nacional por uma educação do campo, entidade

supra organizacional que passou a preparar e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo, em nível nacional. Dentre as conquistas alcançadas por essa articulação, estão: a realização de duas Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo – em 1998 e 2004; a instituição pelo CNE – Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003. (SECAD, 2004)

A cada ano, novos documentos apareceram e as oportunidades de aperfeiçoamento da educação como um todo foram surgindo, mas as propostas das instituições que trabalham com a população campestre devem conter e respeitar as orientações estabelecidas por lei.

[...] a essência da Educação do Campo não pode ser apreendida senão no seu movimento real, que implica um conjunto articulado de relações (fundamentalmente contradições) que constituem como prática/projeto/política de educação e cujo sujeito é a classe trabalhadora do campo[...] (CALDART et al., 2012, p. 13).

Conforme os documentos que respaldam a educação do campo, a escola possui autonomia de organizar seu currículo, que além de garantir as disciplinas de núcleo comum, poderão organizar as disciplinas da parte diversificada, integrando saberes populares com conhecimentos científicos criados, valorizando os movimentos sociais, temas locais, regionais e globais, fortalecendo as práticas culturais de afirmação da identidade do campo, possibilitando o diálogo com o mundo.

Para Caldart,

[...]a educação assume sua particularidade, que é o vínculo com os sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classes, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: [...] a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele nem muito menos para ele[...] (2005, p.18):

Assim, pensar na educação do campo é necessário compreender a realidade local, com suas necessidades e particularidades de modo que o fazer pedagógico seja coerente, levando em conta a valorização dos saberes que o aluno carrega consigo, como elemento primordial para ampliar tal conhecimento.

Considerações finais

Diante do que fora apresentado, e observando as teorias educacionais referentes à emancipação como fruto de uma educação bem alicerçada, é possível dizer que a emancipação humana é uma categoria política que se refere ao uso da razão aos interesses coletivos, transcendendo a individualidade, tendo ainda que, às vezes, superar as determinações impostas pelo Estado através da apropriação das forças políticas e sociais dos cidadãos. Ela precisa ser uma educação de resistência que, sendo capaz de superar as críticas das estruturas sociais, pode formar pessoas autônomas, representando uma tarefa propriamente educativa, de construir, em conjunto, a consciência de que estudar continuamente é preciso, e a inclusão do excluído e oprimido, se faz necessária, criando condições ir além dos condicionamentos históricos, alcançando, assim, a humanização difundida por Freire.

Ao passo que se compreende a importância de uma proposta emancipatória, essa visão emancipadora do homem, precisa tornar-se prática pedagógica. Isto é, as escolas precisam trabalhar para formar as pessoas em sua integralidade, não considerando ser suficiente apenas os conteúdos expressos pelos currículos, mas preparar os estudantes para a vida. No entanto, esta é a construção de apenas um conceito sobre a emancipação, podendo ser reelaborada e rediscutida, a medida que outras configurações teóricas forem sendo observadas. Sobretudo, é preciso que a educação seja dinâmica, ativa, participativa e envolva toda a comunidade escolar, pois assim, será, inevitavelmente, mais significativa para quem estuda e aprenda.

Observa-se no Brasil, ainda, apesar do grande número e programas sociais de governo, um processo de exclusão cada vez maior dos setores menos privilegiados da sociedade, implicando dificuldades para o acesso e permanência à escolarização. Projetos que vislumbram o assistencialismo não têm, de fato, contribuído para a formação de cidadãos críticos, mas apenas atendido momentaneamente carências oriundas de um longo processo histórico. Muitos jovens e adultos continuam à margem da escola ou, dentro dela, sem aprender, ou ainda, aprendendo, mas não sabendo o que fazer com aquilo que estão estudando em seu processo de escolarização. Por esse motivo é necessária uma ressignificação do currículo no contexto dos Jovens e Adultos do campo.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

AMARAL, Débora Monteiro do. **Educação em Assentamento de Reforma Agrária Assentamento Bela Vista do Chibarro (Araraquara)**. 2007. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Educação e Metodologia de Ensino, 2007.

BRASIL. Lei 10.172, 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional da Educação**. Poder Legislativo, DF, 09 jan. 2001.

BRASIL. Lei 5.692, 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases de 1971**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. **Lei 9.394, 20 dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº. 1.114, 16 de maio de 2005**. Ensino Fundamental de Nove Anos. Poder Legislativo, DF, 16 mai. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Proposta curricular de geografia para Educação de Jovens e Adultos (segundo segmento)**. Vol.02. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação. PARECER CNE/CEB 11/2000. Publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Resolução CNE/CEB 1/2000. Publicada no **Diário Oficial da União** de 19/7/2000, Seção 1, p. 18.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2017.

CALDART, R. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. **Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. IN MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A.

FERNANDES, I. L. C. **Educação do Campo**: a trajetória de um projeto de mudanças para os povos do campo. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 58-69, jul./dez. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de Professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARI NHO, R. E. **Um olhar sobre a Educação Rural Brasileira**. Brasília: Universia. 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; Traduções de José Carvalho Bruni (et. al.). 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** 21.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SÁ, E. F. SILVA, M. O. DA. **O Ruralismo Pedagógico**: uma proposta para organização da escola primária rural. Revista Educação e Cultura Contemporânea, São Paulo, v. 11, n. 23 p. 64-80, jan./abr. 2014.

SILVEIRA, Maria Godoy. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007.

SOUZA de, M. A. Educação do Campo: **Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes. 2006.